

A Integração Regional como um Catalisador para a Transição Energética: Relatório da Conferência

Institute of the Americas (**IoA**) e Centro Brasileiro de Relações Internacionais (**CEBRI**)

Apoio

Siemens Energy
Integra Capital
Origem
Environmental Resources Management (ERM)

As posições e manifestações expressas nesta publicação refletem exclusivamente as discussões e opiniões dos participantes da Conferência e não representam necessariamente a posição institucional do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), de seus membros ou de seus apoiadores.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro, 2025

A Integração Regional como um Catalisador para a Transição Energética:

Sumário Executivo

No dia 11 de dezembro de 2024, o Instituto das Américas (IOA) e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) organizaram uma conferência de alto nível sobre integração energética regional na América do Sul. Patrocinado pela Siemens Energy, Integra Capital, Origem e ERM, o evento reuniu representantes do governo, líderes do setor privado e representantes de bancos multilaterais de desenvolvimento para explorar oportunidades e desafios na promoção da cooperação energética transfronteiriça.

As discussões destacaram um momento crucial para a região—onde o avanço da produção de energia renovável não hidrelétrica e de gás natural poderia melhorar a segurança energética, a resiliência climática e a estabilidade econômica. Porém, a integração também deve desempenhar um papel. Embora os esforços passados para essa conexão tenham produzido resultados mistos, novos imperativos geopolíticos e ambientais destacam a urgência de aproveitar os recursos energéticos compartilhados.

Os principais temas incluídos foram:

- **Planejamento e coordenação:** Interconexões subutilizadas como a usina Garabí entre a Argentina e o Brasil ilustram as oportunidades imediatas para melhorar a segurança energética e otimizar os sistemas energéticos regionais. Planejamento regional coordenado e investimentos podem promover/ construir sobre tais oportunidades.
- **Engajamento de Stakeholders:** O setor energético sul-americano sofre de políticas inconsistentes, subinvestimento e altos custos de financiamento. Um maior envolvimento do setor privado e o apoio de bancos de desenvolvimento multilaterais são essenciais para o aumento do investimento em infraestrutura para os níveis necessários - estimados pelo Banco Interamericano de Investimento (BID) em mais de 200 bilhões de dólares anuais¹.
- **Aproveitando fontes renováveis e gás natural:** A região deve otimizar seu uso das suas fontes renováveis e dos recursos de gás natural, tratando-os como ativos perecíveis que requerem uma distribuição eficiente e armazenamento. Melhorar as soluções de armazenamento do gás que cruza fronteiras e otimizar a infraestrutura de GNL pode melhorar a estabilidade do fornecimento e apoiar o fluxo de energia regional.

¹ Para mais detalhes, consulte o relatório completo do BID: <https://publications.iadb.org/en/infrastructure-gap-latin-america-and-caribbean-investment-needed-through-2030-meet-sustainable>

A conferência enfatizou que uma integração regional aprimorada e a maior utilização da infraestrutura e tecnologia são essenciais para um setor energético mais robusto e resiliente. Para traçar o caminho a seguir, os stakeholders devem se alinhar e fomentar a inovação. A visão de um mercado de energia sul-americano coeso não somente lida com as necessidades energéticas da região, como a posiciona como um líder global em energias renováveis e resiliência energética. A integração regional, liderada pelo setor privado e apoiado por instituições como OLADE, CIER, IDB, CAF e BNDES, oferece um caminho para esse fim. Os desafios são grandes, mas as oportunidades são ainda maiores.

A Integração Regional como um Catalisador para a Transição Energética:

Relatório da Conferência

No dia 11 de dezembro de 2024, o Institute of the Americas (IOA) e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) co-organizaram discussões de alto nível sobre integração energética regional na América do Sul. Ao longo de um dia inteiro, durante três painéis de discussão, especialistas analisaram o panorama atual e as áreas para aprimoramento da cooperação e da diplomacia energética hemisférica.

Embora os benefícios potenciais da integração regional sejam há muito tempo evidentes, as discussões do evento refletem a percepção de que a América do Sul chegou a um ponto de inflexão—um momento no qual esforços direcionados podem desencadear aquilo pelo qual muitos têm trabalhado há anos. A região pode agora estar preparada para superar anos de resultados desiguais.

Painelistas dos mais altos escalões do governo, do setor privado e de bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) concordaram que a ascensão maciça das fontes renováveis não hídricas e a crescente produção de gás natural oferecem insumos significativos para a segurança energética e econômica que a região pode e deve intercambiar. Esse tipo de interação é mais crucial do que nunca, à medida que eventos climáticos imprevisíveis atingem as economias regionais e o setor energético. O fortalecimento da integração regional e o aumento da utilização de infraestrutura e tecnologia são indispensáveis para um setor energético mais robusto e resiliente.

Além disso, a integração regional pode impulsionar não apenas economias de escala, mas também a descarbonização e o aumento da competitividade, posicionando a América do Sul como um mercado e fornecedor emergente de energia limpa. A energia deve ser considerada uma mercadoria comercializável e perecível, especialmente no caso das renováveis. O gás natural deve ser encarado da mesma maneira. Dessa forma, soluções de armazenamento transfronteiriço

podem trazer uma perspectiva totalmente nova e oportunidades para intercâmbios energéticos regionais.

A conferência explorou a importância, a complexidade e os desafios da integração energética na América do Sul. Considerou os aspectos práticos e visionários desse objetivo, examinou os benefícios econômicos, ambientais e geopolíticos dos sistemas energéticos interconectados e identificou ações-chave para o futuro.

Um caso para a integração

A crescente ênfase global em sustentabilidade e resiliência energética tem destacado a importância da integração regional no setor energético. A América do Sul detém diversos recursos e tecnologias emergentes, podendo servir de exemplo para colaboração energética e integração de elétrons e moléculas—energia derivada de fontes renováveis e gás natural.

Historicamente, esforços para promover a colaboração energética regional têm sido recebidos com ceticismo. Entretanto, a crise climática global e avanços em energias renováveis, assim como a turbulência geopolítica que impulsionou países a reavaliar suas estratégias de segurança energética, ajudaram a mudar a narrativa.

Existem três realidades fundamentais que demandam integração regional:

- Diversidade energética potencializa a eficiência do mercado. Isso assegura que o excedente de energia possa ser exportado para áreas sofrendo de escassez. Essa dinâmica é alinhada com os princípios fundamentais das energias renováveis, que sugerem que aproveitar locais de produção geograficamente diversos pode mitigar a intermitência. Por exemplo, o excedente de energia solar no Brasil pode complementar o déficit hidráulico durante secas nos países vizinhos.
- Integração energética impulsiona resiliência climática. Um exemplo pertinente são as inundações no Rio Grande do Sul, que devastaram a quarta maior economia brasileira. Uma linha de transmissão transfronteiriça com o Uruguai, anteriormente criticada como desnecessária, se mostrou essencial na estabilização do fornecimento de energia durante a crise. Tais casos enfatizam como sistemas interconectados podem proteger economias contra interrupções causadas pelo clima. As interconexões permitem que os países gerenciem os desequilíbrios entre oferta e demanda causados pela intermitência na produção de energia renovável.
- Integração regional promove transformação econômica. Investimentos em energias renováveis catalisaram o crescimento no Uruguai, transformando sua economia de uma dependente de exportações tradicionais, como a carne bovina, para uma diversificada em produção energética. Essa história de sucesso sugere que a colaboração mais intensa

entre nações sul-americanas pode desbloquear um potencial dormente e fomentar o desenvolvimento sustentável pela região.

Planejamento e coordenação são chave

Anos de discussão e passos iniciais em um caminho desigual para a integração regional proporcionaram importantes aprendizados e sucessos. Por exemplo, o sistema SIEPAC da América Central, que opera uma linha de transmissão de 1800 km da Guatemala para o Panamá, demonstra os benefícios da integração, incluindo um aumento de 1,5% no PIB dos países da América Central. Ademais, a coordenação entre operadores, reguladores e planejadores pode revelar e resolver gargalos/ entraves operacionais. Tal progresso demanda o claro entendimento do status atual da região, assim como suas limitações e prioridades.

Além disso, muitos países sul-americanos não aproveitam plenamente as interconexões existentes, como o projeto do Sistema de Integração Energética do Sul (SIESUR), que é apoiado pelo BID e composto pela Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Por exemplo, a usina de Garabí, entre Argentina e Brasil, atingiu apenas 45% da taxa de ocupação em 2023. Potencializar o uso de tais infraestruturas seria um passo imediato para melhorar a segurança energética e otimizar os sistemas de energia regionais.

O planejamento nacional sempre será fundamental, mas a abordagem regional pode ajudar a balancear as disparidades e aprimorar a alocação de recursos. O Uruguai, por exemplo, demonstra planejamento efetivo similar ao modelo europeu, enquanto outros países ficam para trás devido a obstáculos financeiros e regulatórios. Uma abordagem regional pode aumentar as oportunidades e diminuir o desperdício de recursos. A falta de integração leva ao desperdício de energia, como a água descartada em Itaipu, no Brasil, ou a energia solar inutilizada no norte do Chile. Uma integração melhor pode melhorar significativamente a eficiência dos recursos e benefícios econômicos. Claro que desequilíbrios macroeconômicos, inconsistências regulatórias e déficits de infraestrutura devem ser remediados para atingir um mercado integrado. A comparação com a Europa serve de referência útil, mas possivelmente, mais como um ideal. A América do Sul apresenta complexidades geográficas e fiscais significativas que a diferenciam da Europa.

Será necessário planejamento para aproveitar totalmente as interconexões existentes e construir novas. Todas as nações soberanas devem aceitar que o planejamento regional vai gerar seus próprios desafios, mas superá-los vai gerar resultados. Numerosos estudos constataam que o planejamento independente de energia de um país é ineficiente.

Organizações multilaterais como o Mercosul, o BID e a OLADE podem desempenhar um papel chave na criação de um planejamento regional indicativo e no fomento do melhor aproveitamento das interconexões. O

planejamento regional, inspirado em estruturas como a agenda de transição energética do G20, é essencial.

Engajamento das partes interessadas

A América do Sul precisa enfrentar um desafio monumental de remediar suas lacunas de infraestrutura, especialmente em energia, para atingir as metas de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas até 2030.

De acordo com cálculos e dados preparados pelo BID, enquanto os investimentos atuais em infraestrutura de água e saneamento, energia, transportes e telecomunicações representam 1,8% do PIB na América Latina e no Caribe (conforme definido pelo BID), apenas 0,5% vêm do setor privado. A região precisaria aumentar esse investimento total para mais de 3% — o equivalente a mais de US\$ 200 bilhões por ano. Esse valor contrasta fortemente com os US\$ 5 bilhões que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) investe anualmente em toda a região.

O desafio de fechar essa lacuna é exacerbado pelos longos períodos de gestação para projetos de infraestrutura transformativa como usinas elétricas e linhas de transmissão. Tais projetos podem levar de 6 a 8 anos para serem finalizados. Até 2025, a região deve alocar os recursos necessários para garantir que o projeto seja concluído até 2030. Esse objetivo parece cada vez mais improvável. Os setores público e privado devem colaborar para fechar essa lacuna, mas os riscos elevados dos países e o financiamento caro desafiam o envolvimento do setor privado.

Em adição às redes físicas, a integração requer regras claras e estruturas regulatórias robustas. Regulamentações harmônicas são cruciais para atrair investimentos e garantir o funcionamento contínuo de projetos transfronteiriços. A recente aprovação pela Comunidade Andina das regulamentações operacionais de comércio para um mercado regional de eletricidade é um exemplo de um passo na direção certa. As lacunas de infraestrutura continuam sendo um obstáculo significativo.

A América do Sul enfrenta uma complexa paisagem no seu setor de energia, caracterizado pelas disparidades no planejamento, capacidade de investimento e estruturas de governança. A diversidade de modelos — que vai de parcerias público-privadas (PPPs) a empresas estatais (SOEs) — cria desafios únicos, assim como oportunidades para colaboração e inovação.

Países como o Brasil, a Colômbia e o Chile lideram em planejamento energético por meio de seus modelos híbridos que combinam PPPs com a participação de algumas empresas estatais (SOEs). Por outro lado, nações mais dependentes de SOEs enfrentam restrições fiscais, limitando sua capacidade de investir em expansão e modernização. Essas restrições afetam não apenas o financiamento, mas também o desenvolvimento e a execução regulatória, resultando em progressos desiguais na região.

Mecanismos para gerenciar riscos são essenciais para atrair investimentos privados e facilitar o comércio transfronteiriço de energia. Bancos multilaterais, como a CAF e o BID, desempenham um papel crucial no desenvolvimento de modelos financeiros inovadores que mitigam os riscos associados a desequilíbrios macroeconômicos e incertezas regulatórias. Esses mecanismos também devem focar na preparação de projetos, especialmente para países que carecem de estruturas de planejamento robustas.

O apoio dos bancos multilaterais no desenho de projetos, nos estudos de viabilidade e no alinhamento regulatório pode acelerar a implementação da infraestrutura energética e fomentar a integração regional.

Os Bancos de Desenvolvimento Multilaterais (BMDs) também devem adotar um papel mais proativo na mitigação de riscos e na redução do custo de capital para projetos transfronteiriços. A iniciativa de interconexão do BID para as Américas, que se baseia em esforços regionais, visa aprimorar a eficiência do comércio de energia do Chile ao Uruguai e além. O projeto Arco Norte, que conecta o Brasil a países caribenhos como Suriname e Guiana Francesa, demonstra o potencial de uma integração regional mais ampla.

Por fim, e no centro de todos os esforços, está a importância de redobrar o papel do setor privado. No caso do Brasil, o governo implementou diversas iniciativas para atrair investimento privado, incluindo leilões para projetos de energia renovável, que atraíram um capital considerável tanto de investidores domésticos quanto internacionais. Esses leilões têm como objetivo promover a concorrência, reduzir custos e garantir contratos de longo prazo para geração de eletricidade a partir de fontes renováveis.

O sucesso desses leilões não só aumentou a participação das fontes renováveis na matriz energética do Brasil, mas também demonstrou a viabilidade do investimento do setor privado na transição energética. O Brasil também alcançou a maior participação de eletricidade renovável entre os países do G20 em 2023, com uma notável dependência de fontes intermitentes como solar e eólica. Essa evolução do mercado, em alguns casos, sobrecarregou suas usinas térmicas, muitas das quais continuam subutilizadas. Ou seja, a falta de políticas consistentes de despacho para geração térmica agrava esses desafios.

Mas, embora o setor privado desempenhe um papel chave no financiamento e na gestão de projetos de energia, suas perspectivas muitas vezes são sub-representadas na formulação de políticas. Iniciativas como o Conselho Empresarial da OLADE visam preencher essa lacuna, promovendo a colaboração entre entidades públicas e privadas. A regulamentação, que é a guardiã da política pública e governamental, também é crucial. O envolvimento do setor privado no desenvolvimento regulatório é essencial para atrair investimentos e gerenciar os riscos associados à transição energética e à integração. Regulamentações claras e consistentes são a base para todas as atividades.

Em resumo, governos, empresas privadas e bancos de desenvolvimento terão que trabalhar juntos para financiar projetos de infraestrutura, harmonizar estruturas regulatórias e superar resistências políticas. Parcerias e financiamentos concessionais podem ajudar a preencher a lacuna entre ambição e implementação.

Transmitindo elétrons

A integração energética transfronteiriça oferece uma solução viável para os déficits de infraestrutura enquanto avança nas metas climáticas. Projeções sugerem que a América do Sul pode aumentar a penetração de energias renováveis para mais de 80% até 2050. O BID e outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) têm apoiado iniciativas como o Sistema de Interconexão Elétrica da América Central (SIEPAC) e o projeto Sistema de Integração Energética do Sul (SIESUR), composto por países do Cone Sul, assim como o Sistema de Interconexão Elétrica Andina (SINEA), que integra ainda mais as redes elétricas da Colômbia, Equador, Bolívia, Chile e Peru. Esses projetos exemplificam os esforços para maximizar a infraestrutura existente e fomentar trocas de energia transfronteiriças.

No caso do SIEPAC, embora a infraestrutura possa atender 10% da demanda de energia da região, apenas 50% de seu potencial é utilizado. Lidar essa subutilização e conectar o sistema com o México e a Colômbia pode desbloquear benefícios substanciais. Da mesma maneira, o SINEA e o SIESUR visam aprimorar as interconexões entre os países andinos e do Cone Sul, com projetos promissores como a interconexão Equador-Peru e as conexões propostas entre Chile e Peru.

Embora a geração de energia renovável esteja se expandindo rapidamente, a infraestrutura das redes elétricas não está acompanhando esse ritmo. Esse descompasso apresenta desafios significativos, particularmente à medida que a demanda por eletricidade deve aumentar na próxima década devido à descarbonização e à transformação digital. Os processos de licenciamento, muitas vezes complexos e demorados, atrasam ainda mais o desenvolvimento das redes. Além disso, a flexibilidade doméstica nos sistemas de energia é um pré-requisito para uma integração regional eficaz.

Será crucial simplificar os processos de licenciamento e priorizar a infraestrutura de redes elétricas. Governos, bancos multilaterais e o setor privado devem colaborar para garantir que as redes possam suportar cargas aumentadas, o que permitiria à região aproveitar totalmente seu potencial de energia renovável.

Movendo (e armazenando) moléculas

O gás natural e o gás natural liquefeito (GNL) são forças de transição, equilibrando a matriz energética da América do Sul. Como foi destacado no painel “Repensando o Papel das Moléculas na Integração Energética Regional”, o gás

natural e o GNL contribuem para a segurança e flexibilidade energética, além de poderem apoiar os esforços de descarbonização em alguns países.

A escolha da palavra “molécula” para orientar o painel e a discussão destaca a necessidade de repensar o papel do gás natural na região. A demanda de base da infraestrutura de gás natural no Brasil estagnou em aproximadamente 50 milhões de metros cúbicos por dia por mais de 14 anos. Essa estagnação é resultado da falta de flexibilidade no sistema atual, que depende fortemente da produção de gás associado atrelada à extração de petróleo. Ao melhorar a flexibilidade e integrar os mercados regionais de gás, os países podem mitigar a variabilidade sazonal e hidrelétrica e garantir um fornecimento estável e confiável de eletricidade.

Há também uma oportunidade para desenvolver mais os campos de gás não associado e criar soluções de armazenamento para melhorar o equilíbrio entre oferta e demanda. O armazenamento é essencial para criar um mercado energético resiliente. O armazenamento de gás em reservatórios e cavernas de sal é uma maneira eficiente energeticamente e de baixo carbono para manter a energia. Globalmente, os mercados de gás dos EUA e da Europa dependem do armazenamento para equilibrar oferta e demanda e gerenciar a volatilidade de preços.

O GNL também desempenha um papel crucial no mercado energético regional. A infraestrutura de GNL forneceu à América do Sul os meios para lidar com a intermitência e a variabilidade no fornecimento de energia. Por exemplo, o sistema energético dependente da hidrologia do Brasil pode dobrar a demanda de gás do país durante a estação seca, destacando a necessidade de soluções flexíveis.

A infraestrutura de GNL existente na região, que inclui vários terminais no Brasil, Argentina e Chile, tem contribuído significativamente para equilibrar a oferta e a demanda, permitindo também uma maior integração energética. Uma melhor sinergia entre os setores público e privado será essencial para maximizar o potencial do GNL e a infraestrutura existente.

A infraestrutura de gás natural é um desafio para o Brasil. O país atualmente produz cerca de 120 milhões de m³ de gás natural por dia, mas apenas 50–60 milhões de m³ são utilizados devido à infraestrutura limitada de gasodutos e capacidade de armazenamento.

Além da integração doméstica, o Brasil pode liderar a colaboração energética regional. Gasodutos conectando o Brasil a países vizinhos como Argentina e Bolívia poderiam facilitar os fluxos transfronteiriços de energia, aproveitando as diferenças sazonais de demanda e aumentando a segurança energética. O excedente de gás da Argentina poderia ajudar a atender à crescente demanda do Brasil, enquanto as capacidades de armazenamento do Brasil poderiam fornecer um buffer para as flutuações na produção da Argentina. Além disso, o

Brasil e outros países poderiam se tornar exportadores de GNL ao reverter o uso de terminais de GNL de importação.

O Memorando de Entendimento (MoU) que o Brasil e a Argentina assinaram à margem da Cúpula do G20 representa um passo significativo para a cooperação energética regional. O acordo estabelece uma estrutura para aproveitar as reservas de gás de xisto de Vaca Muerta da Argentina e a infraestrutura de gasodutos existente. O entendimento também considera integrar países vizinhos como Paraguai e Uruguai, além de reverter o fluxo do gasoduto Bolívia-Brasil para facilitar uma maior utilização dos recursos.

Embora o MoU marque um avanço, desafios significativos ainda permanecem. Desafios históricos na colaboração regional persistem. O processo decisório muitas vezes envolve negociações longas entre vários stakeholders, que funcionam mais como rivais do que como colaboradores, onde operadores e reguladores se concentram estreitamente em seus respectivos domínios sem considerar objetivos mais amplos e de longo prazo.

O potencial da Bolívia como um hub regional de armazenamento de gás pode ser transformador. Ao desenvolver instalações de armazenamento subterrâneo, a Bolívia poderia equilibrar variações sazonais e melhorar a confiabilidade do fornecimento tanto para o Brasil quanto para a Argentina. Essa oportunidade também está alinhada com o argumento de aumentar a flexibilidade por meio do armazenamento de gás para garantir a segurança energética e a resiliência.

A reversão do fluxo do gasoduto da Argentina para o Brasil é um desenvolvimento promissor, com o potencial de transportar até 30 milhões de metros cúbicos de gás por dia. No entanto, será necessário um investimento substancial para realizar esse potencial, juntamente com reformas políticas para otimizar os sistemas de despacho entre os países.

Uma visão para o futuro

Apesar de seu potencial, a integração energética regional enfrenta desafios significativos. Ceticismo político, inconsistências regulatórias e déficits de infraestrutura historicamente dificultam o progresso. No entanto, iniciativas lideradas por bancos de desenvolvimento como o BNDES, o BID e a CAF, junto com empresas estatais e atores do setor privado, estão abrindo caminho para uma abordagem mais coesa.

Com uma abordagem mais coesa, a energia pode se tornar uma "moeda comum" para o bloco do Mercosul e além, simbolizando unidade e prosperidade compartilhada. A região pode construir uma economia energética resiliente e diversificada, aproveitando simultaneamente a produção de energia renovável e os recursos convencionais. Três ações abrangentes podem apoiar essa visão e construir sobre as novas oportunidades e o otimismo gerado pela integração energética regional:

1. Promover o investimento financeiro e político

Para atingir os ODS e superar a lacuna de infraestrutura até 2030, a América do Sul precisa aumentar significativamente os investimentos, aproveitando tanto recursos públicos quanto privados. Esses esforços exigirão um compromisso político mais forte, harmonização regulatória e modelos inovadores de financiamento. A expansão de iniciativas como o Conselho Empresarial da OLADE, para integrar as perspectivas do setor privado na formação de políticas, desempenhará um papel crucial. Ao fomentar a colaboração, capacitar os BMDs a mitigar riscos de investimento e projetos, e atrair investimentos privados, a região pode desbloquear seu potencial energético.

2. Promover mercados sub-regionais como blocos de construção para uma integração mais extensa

A unificação dos mercados regionais e das economias hemisféricas de escala para o intercâmbio de elétrons e moléculas pode ser melhor considerada por meio da lente dos mercados sub-regionais. Os mercados de eletricidade regional, inspirados no SIEPAC, precisam padronizar regras e agilizar o comércio transfronteiriço. Os mercados sub-regionais oferecem uma oportunidade única de servir como trampolim. Focar em mercados sub-regionais oferece um caminho pragmático a seguir. Ao fortalecer as conexões e fomentar o comércio dentro de grupos menores de países, a América do Sul pode construir a base para uma integração mais ampla. Esses mercados podem servir como campos de teste para políticas, tecnologias e estruturas que depois poderiam ser ampliadas para um nível regional.

3. Garantir que o planejamento e desenvolvimento priorizem responsabilidades sociais e ambientais, ao mesmo tempo que promovem crescimento econômico

Com esforços coordenados e um compromisso com o planejamento de longo prazo, a América do Sul pode superar seus desafios e se posicionar como líder global no desenvolvimento de energia sustentável. A infraestrutura transfronteiriça apoia a expansão de energias renováveis e reduz a pegada de carbono no geral. Essa abordagem destaca a necessidade de um compromisso coletivo, investimentos compartilhados e governança robusta para transformar a integração energética de uma aspiração para uma realidade na América do Sul.

Resiliência climática, crescimento econômico e segurança energética não são objetivos mutuamente exclusivos. Eles são pilares interdependentes que podem coexistir sobre a base da integração regional. Os benefícios dessa integração são vastos. Além do crescimento econômico, ela aumenta a segurança energética ao diversificar as fontes. Apoia a transição para a energia renovável. E reduz a pegada de carbono da região.

A América do Sul está em um ponto crítico. Os abundantes recursos de energia renovável da região, juntamente com suas vantagens geográficas, oferecem uma

oportunidade incomparável para a liderança global em energia limpa. Mas será necessário uma abordagem unificada, investimentos ousados e um compromisso com a colaboração de longo prazo para desbloquear o potencial total dos recursos energéticos da região e criar um futuro mais sustentável. Ao tratar a energia renovável como um recurso valioso e exportável e adotar uma mentalidade voltada para o futuro, os países sul-americanos podem redefinir seu papel no cenário energético global e abrir o caminho para um futuro mais verde e próspero.

TO THINK
TO DIALOGUE
TO DISSEMINATE
TO INFLUENCE

cebri.org.br